



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Dyanna Leão Pinheiro

**A atuação das Frentes Parlamentares no
Congresso Brasileiro: o caso da frente evangélica.**

Brasília – DF

2018

Dyanna Leão Pinheiro

A atuação das Frentes Parlamentares no Congresso Brasileiro: o caso da frente evangélica.

Monografia apresentada ao curso de Ciência política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção de Grau em Bacharel em Ciência Política.

Professor orientador: Aninho Irachande

Brasília – DF

2018

Agradecimentos

Mais uma etapa que fecha, foram anos de muitos esforços, felicidades, tristezas, arrependimentos, mesmos em momentos tristes ou de felicidades foram de muitos aprendizados para chegar até aqui.

Quero agradecer primeiramente ao meu pai Oxalá, que me deu forças e sabedoria em momentos difíceis. Agradecer aos meus Orixás por terem sido meus guias, minhas escoras, por terem me iluminado até aqui.

Sou grata ao meu professor e orientador Aninho Irachande, pela paciência e dedicação, de todos esses anos. Foi uma honra ser sua aluna e orientanda, no momento tão delicado em que vivemos, é bom saber dos profissionais que estão lá para ajudar no crescimento e desenvolvimento de pessoas para um país melhor e mais prospero.

Agradeço imensamente a minha mãe, Maura Leão, e minha vó, Maria da Conceição, que me ensinaram a base do feminismo, me ensinaram valores, me ensinaram o amor de mãe para com o filho. Vocês duas são a base da minha vida, sem vocês não sou nada, obrigada por terem sido sementes para que eu colher esses frutos maravilhosos em minha vida.

Ao meu pai, Jean Gomes, ao meu irmão, David Leão, a minha sobrinha, Amanda Leão, e minha cunhada, Ludmylla Maia, agradeço por vocês fazerem parte da minha vida, por estarem sempre comigo, nos momentos felizes e difíceis. Obrigada por serem minha família, amo vocês.

Aos meus amigos, obrigada por serem minha família também, amigos são aquela família que nós escolhemos. É muito bom ter vocês em minha vida. Obrigada!

Resumo

O presente trabalho busca fazer uma análise geral do que são as Frentes Parlamentares, como um fenômeno suprapartidário que ocorre no Congresso Nacional. Como forma de entender melhor usamos a Frente Parlamentar Evangélica, buscando sua origem e atuação até o momento. Além de analisar o futuro da frente que vem crescendo, não só em quantidade de parlamentar, mas também em atuação. Bem como também entender como as igrejas evangélicas veem impactando a política no Brasil.

Palavras-chave: Frente Parlamentar, Frente Parlamentar Evangélica, parlamentar, suprapartidário.

Lista de siglas

AD – Assembleia de Deus

AGU - Advocacia-Geral da União

CGU - Controladoria-Geral da União

DAS - Direção, Chefia e Assessoramento Superiores

DEM – Democratas

FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo

FPE - Frente Parlamentar Evangélica

FP's – Frentes Parlamentares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PV – Partido Verde

PT- Partido dos Trabalhadores

PSC – Partido Social Cristão

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SD – Solidariedade

PR - Partido da República

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PP – Progressistas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PODE - Podemos

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

STF - Supremo Tribunal Federal

Sumário dos Gráficos:

1. Evolução das Frentes Parlamentares.....	13
2. Níveis da Frente Parlamentar da Agropecuária.....	16
3. Níveis da Frente Parlamentar dos Direitos Humanos	17
4. Tipologia para o Estudo de Frentes Parlamentares Temáticas	19
5. Classificação das Frentes Temáticas da 55ª Legislatura.....	20
6. Maturidade das Frentes Temáticas da 55ª Legislatura.....	21
7. Históricos das Religiões no País.....	23
8. Especialistas Convidados pela Bancada da Bíblia para Debater Aborto.....	30
9. Lista de Participantes Efetivos da Frente Parlamentar Evangélica.....	31
10. Propostas da Frente Parlamentar Evangélica para Modernização do Estado.....	35
11. Propostas da Frente Parlamentar Evangélica para Segurança Jurídica.....	41
12. Propostas da Frente Parlamentar Evangélica para Segurança Fiscal.....	42

Sumário:

Introdução	8
1. Base história e conceitual das Frentes Parlamentares	10
a. Classificação das Frentes Parlamentares	14
2. Formação da Frente Evangélica e atuações	22
a. Entrada dos evangélicos na política.....	24
b. Atuações da Frente Evangélica no Congresso Nacional.....	26
3. Análise da Frente Evangélica.....	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

Introdução

Este trabalho tem o intuito de discutir o seguinte tema: “A atuação das Frentes Parlamentares no Congresso Brasileiro: o caso da frente evangélica”. Buscando entender a formação das Frentes Parlamentares no Congresso Nacional Brasileiro, sendo uma força suprapartidária que surge aos longos dos anos e a cada legislatura veem ganhando mais força.

O sistema partidário brasileiro é pluripartidário, formado por vários partidos. Os partidos carregam ideologias, atuam para defender suas ideias e seus interesses dentro do sistema político. As Frentes Parlamentares são forças além desses partidos, ocorrem dentro do mesmo sistema, muitas vezes defendem o que os partidos também defendem. Mas então porque criar uma força a mais além dos partidos?

Um sistema representativo com muitos partidos fica fragmentado, dificultando para o eleitorado no momento do voto, e também no momento de cobrar dos parlamentares. O fato que acabada deixando o partido confortável e se tornam inconsistente em suas atuações.

As frentes veem surgindo em específicos temas de atuação, e são formadas por membros de vários partidos. A cada legislatura veem surgindo cada vez mais frentes, na 55ª legislatura do ano de 2018 há 318 frentes, até o momento em que este trabalho foi publicado.

Existem frentes que atuam no Congresso Nacional a vários anos, sendo que a mais atuante e estruturada é a Frente Parlamentar Ruralista. E outras que surgem para um determinado tema, região, data, e que não se tornam permanentes devido aos temas específicos, como por exemplo, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Implantação das Ferrovias EF 354 e EF 118.

Como cada frente tem uma forma de atuação, acaba sendo muito difícil analisa-las em conjunto. Assim, escolhemos a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que vem nos últimos anos aumentando sua atuação e ganhando destaque quanto na mídia e no Congresso Nacional.

Apesar da FPE ser uma frente muito nova, os evangélicos estão na política já há muitos anos, além de ser umas das religiões que mais cresce no Brasil. Desde a ditadura de 64 no Brasil, os evangélicos apoiaram o governo e nos anos 70 começaram a entrar na política, com interesse de limpar a corrupção e defender ideias e valores religiosos. (BAPTISA, 2009)

Os evangélicos foram crescendo dentro do Congresso Nacional, conseguindo eleger muitos membros que possuem os mesmos princípios. Devido a isso, veem aumentando sua atuação e estão mais estruturados, conseguindo, por exemplo, avançar com projetos de leis, ou barrar. Por terem pautas polêmicas, a frente tem saído muito na mídia, ganhando assim mais visibilidade.

O trabalho além de analisar perspectivas histórica da FPE, fizemos análise do manifesto criado em 2018 pela frente, documento esse que continha a nova atuação da frente parlamentar para os próximos 4 anos. Além de temas que já defendiam, associados aos valores cristões, a frente quer ampliar e lutar por pautas econômicas, jurídicas, educacional.

O objetivo desse trabalho é analisar o nascimento da FPE e sua a maneira de atuação dentro do Congresso Nacional, tentando entender um pouco desse fenômeno suprapartidário, e especialmente analisar as tendências no que diz respeito à atuação da FPE nos próximos quatro anos, com o novo governo.

Este trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas de vários atores, como de Coradini (2010) com o texto “Frentes parlamentares representação, representação de interesses e alinhamentos políticos”, Araújo e Silva (2016) com texto “Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa.”. Textos que deram base em diferentes visões de autores sobre as FP’s, além de documentos primários, que permitiu ter visão mais filtrada das FP, principalmente da Frente Evangélica.

1. Base história e conceitual das Frentes Parlamentares

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formado pela União, Estados e Municípios e com sistema de poderes dividido em Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar o Congresso Nacional, que tem o maior Poder Legislativo do Brasil, e sua principal função é elaborar, debater e aprovar leis.

Formado assim por Senadores e Deputados, a Câmara dos Deputados com 513 parlamentares e com 4 anos de mandato e no Senado com 81 parlamentares com 8 anos de mandato. Os parlamentares são eleitos pelo povo através de eleição proporcional para a Câmara dos Deputados e eleição majoritária para os Senadores.

O sistema político brasileiro é pluripartidário, isto é, permite a formação de vários partidos. Atualmente contamos com 38 partidos e sendo que 28 deles com representantes eleitos. Essa fragmentação do sistema partidário dificulta a accountability, isto é, a capacidade de o eleitor punir ou recompensar os políticos na arena eleitoral. (CARREIRÃO,2014). Com isso, há uma perda de identidade ideológica nos partidos, tendo sérios problemas na qualidade de representação. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

E após 30 anos de democracia, o Brasil assegurou o direito ao voto, mesmo assim o sistema político é bastante característico, marcado com fragmentação, fragilidade institucional partidária, baixa inteligibilidade da disputa e elevada volatilidade eleitoral. (KINZO,2004)

O sistema partidário e eleitoral vem marcar o presidencialismo de coalizões, termo utilizado por Sérgio Abranches (1988), para falar como o Executivo pode obter uma maioria ampla no Congresso em meio a tantos partidos políticos, tendo que fazer coalizões com outros partidos políticos para obter essa maioria. Essa é a forma para obtenção das bases governamentais.

O apoio político nem sempre está ligado aos líderes e partidos políticos, leva-se em conta que o parlamentar tem bases eleitorais e apoios externos. Isso não significa que eles excluam as orientações, mas os parlamentares estão seguindo outros caminhos para a demanda social. Com isso, o multipartidarismo não está tendo estrutura para lidar com as demandas, devido a fragmentação e perda de identidade dos mesmos. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

A questão da fragmentação partidária não atinge somente o Brasil, mas também outros países. Essa fragmentação acaba afetando o eleitorado na hora de decidir o melhor voto, devido à falta de identidade do partido. Afetando a falta de representatividade na política. (KINZO,2004) E com o passar dos anos os parlamentares foram buscando serem melhores vistos na sociedade, a arena do legislativo ganha maior relevância o que antes era centrado no Poder Executivo. (DINIZ, 2003; SANTOS, 2014b)

E no decorrer desse processo político dentro do Congresso Nacional, terão elementos que vão além da Constituição Federal, assim os regimentos das casas legislativas serão suas bases institucionais. (ARAÚJO, SILVA, 2016). Nessa agenda de decisões irá surgir as Frentes Parlamentares, que são associações com os membros Legislativo Federal de vários partidos políticos, os quais se juntam para promover o debate e a legislação sobre determinado tema de interesse da sociedade.¹

Os partidos e parlamentares são peças chaves para negociação política e para organização do legislativo. Os líderes partidários são essenciais na formação da agenda legislativa, sendo assim as organizações partidárias fortes na agenda legislativa e fracas na agenda eleitoral. (PEREIRA; MUELLER, 2003)

As Frentes Parlamentares começaram a serem formadas como um tipo de organização institucional, que propõe um espaço de opinião com certa mobilização. (BOUDIEU, 1990, p.66). Fenômeno esse suprapartidário e não ideológico (CORADINI, p.443), ocorre de forma independente dos partidos políticos, em que os mesmos levantem uma mobilização em relação ao tema de interesse da FP. Há também um processo de articulação entre deputados e senadores para com organismos do governo Executivo, podendo assim pressioná-lo sobre algum tema de interesse da Frente. (CORADINI, p.77)

As FP's eram informais devido à falta de regulação e de um espaço físico. O Deputado Vicente Candido (PT- SP) havia criado um projeto de lei de resolução 52/2011 como tentativa de regulamentar as FP na legislação brasileira. O projeto propunha garantir a publicidade no Congresso Nacional, limitar a participação de até 5 frentes a cada parlamentar, o que evitaria assim exageros de frentes, vetaria criação de FP com mesmos nomes ou objetivos, a obrigatoriedade de relatórios anuais e um mínimo de participação. Como também a possibilidade de participação de membros da sociedade civil, além dos líderes das FP teriam as mesmas prerrogativas que líderes partidários. Contudo o projeto

¹ <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-partidarias/frentes-e-grupos-parlamentares>

não chegou a ser aprovado, e a regulamentação das FP também conhecidas como Bancadas ficaram somente com a resolução pelo ato da mesa 69/5 da Câmara dos Deputados.

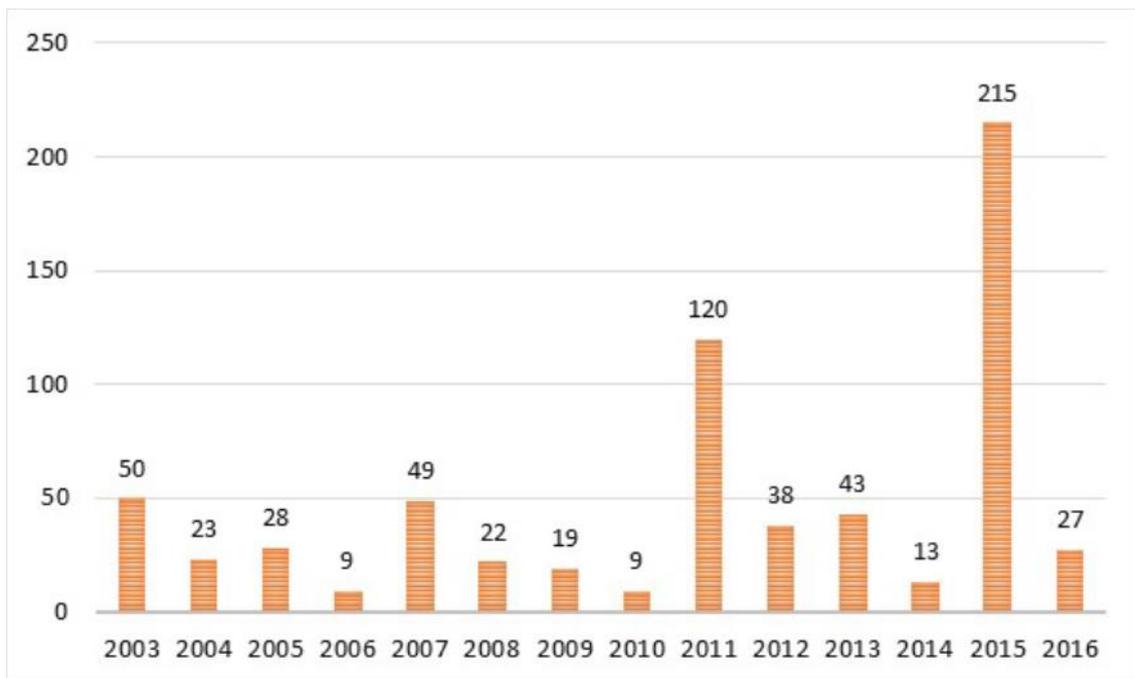
Antes de 2005, não havia reconhecimento institucional ou regulação para frentes parlamentares. Com o ato da mesa diretora 69/5, as Frentes Parlamentares passam a ser registradas deverão apresentar um ofício com 1/3 com assinaturas dos Parlamentares Congresso Nacional, que serão também os membros dessa associação suprapartidária. Sendo que a justificativa para os registros das FP's será de aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. Já no senado não existe nenhuma norma ou procedimento legislativo a esse respeito, mas os senadores são livres para participar de qualquer frente. O registro deverá constar em ata de fundação e estatuto interno da Câmara dos Deputados. O estatuto irá garantir as frentes o direito a alocação de espaços para reunião; desde que não atrapalhe o processo legislativo; veda o fornecimento de passagens aéreas; garantindo a ampla divulgação desses trabalhos por meio das comunicações oficiais. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

O ato prevê que é possível a participação dos Senadores, porém sua frequência é muito menor comparado aos Deputados. Como a frente para serem criadas precisam de 1/3 dos parlamentares, existem uma coleta de assinaturas que na maioria das vezes veremos vários parlamentares em certa frente, mas não há ligação com o tema e nem interesse de ter. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Existem regras para a FP's serem criadas, como estatutos e nome do coordenador, porém não existe dados sobre suas atuações. Sendo assim, a cabe FP divulgar seus bancos de dados ou não, irá depender do grupo. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

As Frentes Parlamentares tratam diversos assuntos da sociedade, como a hemofilia até automobilismo brasileiro, entre outros que os parlamentares julgarem importante e conseguirem o número de participantes para sua formação. E com o passar dos anos essas frentes veem crescendo em número, e se tornando um instrumento comum. Em 1996, haviam 12 organizações, já em 2018 esse número passou para 318 Frentes Parlamentares.

Gráfico 1 - Evolução das Frentes Parlamentares, o número de frentes criadas em cada ano.



Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

As frentes parlamentares são formadas por dois grupos, os ativos, que são os parlamentares em exercício que compõe formalmente a frente, e os colaboradores que são compostos por ex parlamentares e grupos que tem interesse na pauta da Frente. (CORADINI, p.443)

Ao analisar as relações partidárias Offerlé (1998) diz que os grupos podem transformar em organizações para conquista do poder. Assim há grupos de interesses que fazem organizações para um fim específico, na produção Estatal. (OFFERLÉ, 1998,p. 21-22;81;89) No caso do Brasil, os especialistas em Ciências sociais, vão destacar as Frentes Parlamentares em grupos de interesses e corporativismo, em contra partida a política partidária. (CORADINI, 2009, p. 242)

Essa articulação será uma forma de solucionar um assunto em questão, de acordo com a FP envolvida. (MULLER,1995). Podendo aparecer sobre diferentes formas para sociedade civil, como, por exemplo, apelo para a sociedade de alguma região ou até setor, uma força de articulação para determinado tipo de assunto em que o parlamento tenha interesse. (CORADINI, 2009, p. 242)

Os objetivos das FP's podem ser associados pela intermediação de grupos de interesses no espaço político (Offerlé, p.110 e 121), podendo ocorrer debates, audiências públicas, com a promoção daquele interesse. (CORADINI, 2009, p. 243)

O Coradini (2009), pesquisou as frentes parlamentares no período de 2002 a 2007. Em sua pesquisa foi observada que a participação de uma frente parlamentar pode levar á participação em outras, em oposição. Há também dois polos parlamentares os que rejeitam as FP's e aqueles que participam, essa rejeição se dá pela existência das frentes. (CORADINI, 2009, p. 243)

Além do grau de participação ou rejeição de uma FP, algumas como a contra o câncer, por exemplo, acaba sendo neutro em grau de rejeição. Enquanto outras, o índice de participação pode ser alto, ou até mesmo o índice de rejeição. A participação pode ocorrer, devido à afinidade regional, corporativa, relação social e político, entre outros. Havendo tantas frentes de cunho ideológico, como defesa dos povos indígenas, como mais cooperativistas como das indústrias têxteis. (CORADINI, 2009, p. 245)

Sua pesquisa também mostrou que aqueles parlamentares que foram fiéis aos seus partidos de origem, são o que menos ocupam a participação nas FP's. Nessa época, partidos como Partido da Frente Liberal (PNL) e o Partido dos Trabalhadores (PT), tinham posições contrárias ao uso das frentes. E os partidos com mais participação são os Partido Verde (PV) e o Partido do Trabalhista Brasileiro (PTB). Além da diferença entre a esquerda e direita nas participações, a direita com mais participações em frentes corporativistas e empresariais, e a esquerda com soberania nacional, meio ambiente. (CORADINI, 2009, p. 245)

O número crescente das frentes mostra a fragilidade dos partidos políticos em termos de representação, contudo o sistema partidário não tem sofrido com a ocorrência das frentes nas atividades no campo político. E cada ano que passa novas frentes vão sendo criadas, e outras se mantém e outras deixam de existir, contudo não existe nenhum movimento para cercear seu funcionamento. Suas diferenças serão na forma de atuação e agregação, todas em torno de um assunto específico. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Para os autores Araújo e Silva (2016), as frentes parlamentares terão um conceito de advocacy, porém se expande ao lobby que são de interesses corporativos e econômicos. Esse conceito advocacy se refere as experiências das organizações da sociedade civil. (SALAMON, 2002) O advocacy é bem comum nos Estados Unidos por ter a sociedade

civil ativamente nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. (BORIS; KREHELY, 2002)

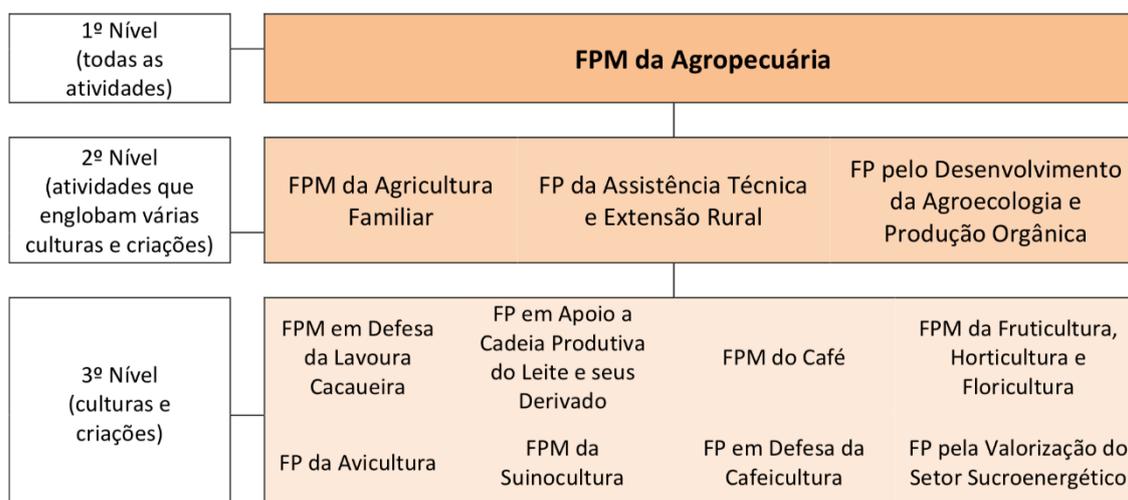
Advocacy seria uma estratégia que os parlamentares usam ao adotar uma ideia, e vem buscar apoio na sociedade civil para influenciar no processo legislativo. Enquanto o lobby seria uma influência já nos autores políticos nas tomadas de decisões de acordo com interesse do grupo, sendo assim o lobby seria uma parte do advocacy. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Com isso os autores Araújo e Silva (2016), classificam as frentes em advocacy e em lobby. As frentes advocacy vão atuar mais em defesa de ideologias, sua atuação será mais em grupos específicos que tenham interesse sobre o tema, e assim atuando em preposições e projetos de interesses, exemplo frente ambientalista. As frentes de lobby vão surgir já com grupo de interesses, atuando em favor de setores específicos, sem engajamento em apoio na sociedade civil já que seus interesses não seriam em ganhos coletivos.

As frentes parlamentares podem ser amplas ou focalizadas, isto é, elas podem ter um tema amplo como FP da agropecuária, e uma focalizada na mesma área, mas com um recorte maior até no grupo de interesse como FP da Agricultura familiar. Sendo assim, a mais ampla irá lidar com maiores temas como setores econômicos, extratos sociais; e a focalizada com objetivo em uma economia mais específica, grupo de interesse mais específico, assunto pontual. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

A primeira figura retirada do texto do Araújo e Silva (2016), vamos ter os níveis da frente parlamentar da agropecuária, da mais abrangente para as mais focalizadas. Sendo o nível um abrangente da atividade, o nível 2 considerado intermediário e o nível 3 mais específico que o nível 2.

FIGURA 1



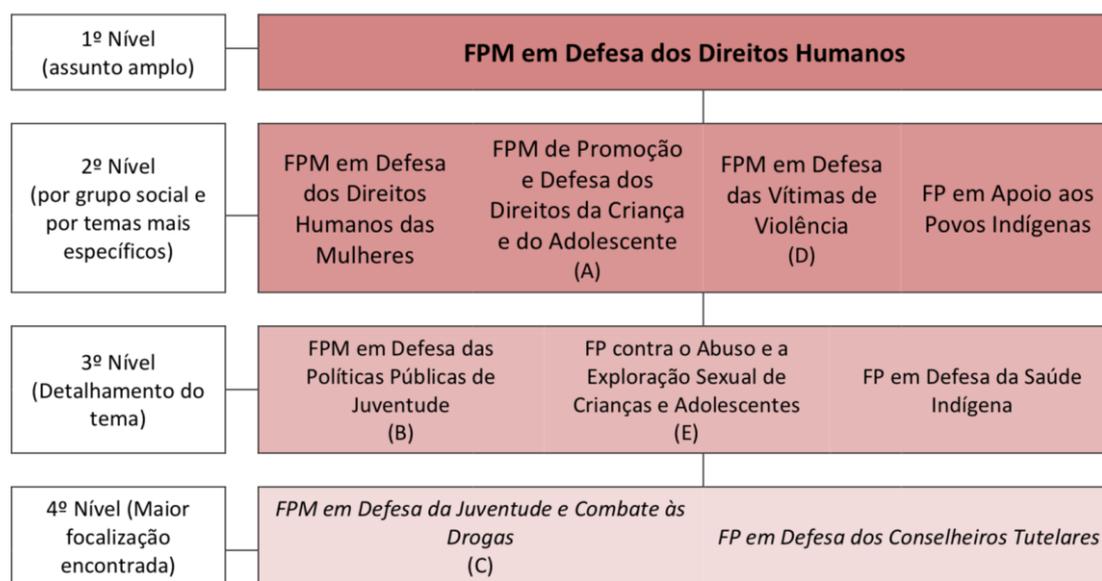
Obs: FPM = frente parlamentar mista (reúne deputados e senadores); FP = frente parlamentar.

Abrangência e focalização das frentes parlamentares ligadas ao tema “agropecuária”

Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

Na figura 2, teremos a FP dos direitos humanos, e os seus níveis do maior abrangente até as causas mais específica do tema geral. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

FIGURA 2



Obs: FPM = frente parlamentar mista (reúne deputados e senadores); FP = frente parlamentar.

Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

O surgimento da FP de direitos humanos veio em 2013, devido à presidência da Comissão dos Direitos Humanos assumido pelo Deputado Marcos Feliciano (PSC-SP). A comissão teria uma história de ter ligações em defesa das minorias, povos indígenas, entre outros, e sempre ocupada por partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSOL). Com entrada do Deputado Feliciano a presidência, a comissão tomou outros rumos da pauta de esquerda, em resposta foi criado a FP dos Direitos Humanos. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Os dois exemplos mostram níveis nos assuntos, porém entre eles não há nenhuma hierarquia, nem relações das amplas com as mais focalizadas. E cada uma delas há sua dinâmica particular para lidar com seus assuntos pertinentes. A mais antiga das duas citadas é a FP agropecuária e uma das mais novas é a FP de direitos humanos. E por esses níveis serem da mesma temática elas são facilmente reunidas, com esforço coletivo entorno da agenda em comum. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Ainda autores Araújo e Silva (2016), vão classificar as frentes como exógena e endógena. A frente exógena seria criada por uma demanda externa ao Congresso Nacional. Os grupos de interesses vão procurar os parlamentares para formação da frente, e a

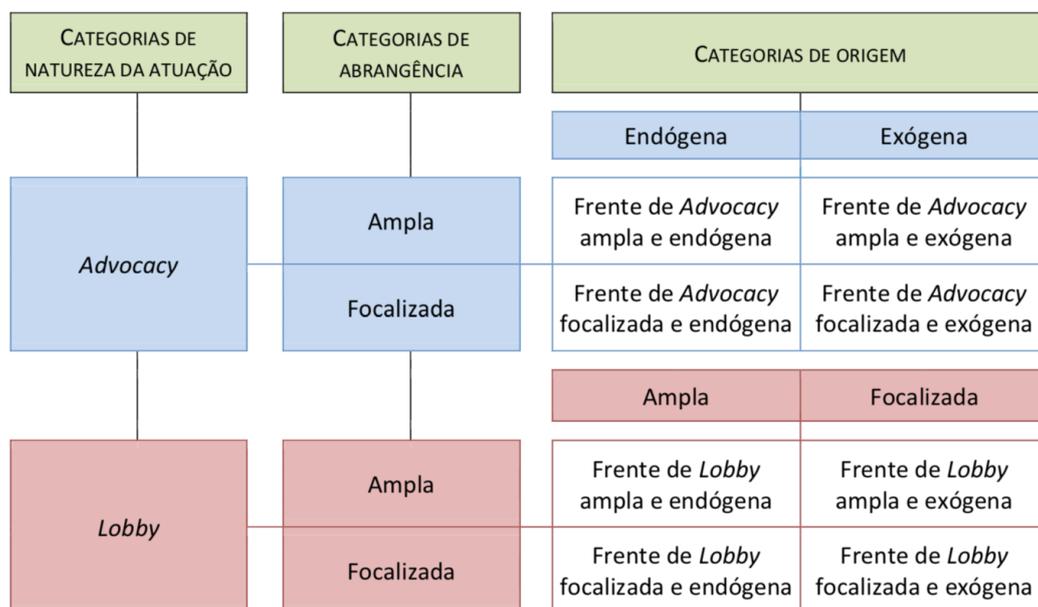
participação irá ser de acordo com os interesses dos parlamentares sobre o tema, exemplo: FP do cooperativismo, FP pequena empresa. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Já a frente endógena, são originadas dentro do Congresso Nacional, seja por iniciativa individual de algum parlamentar ou partido. Procura-se criar vínculos com os setores sociais, que são poucos organizados, para encaminhadas a demanda da frente. Há também casos de parlamentares que criam frente com um tema, para se torna porta voz daquela frente no Congresso Nacional. Exemplo: FP em defesa dos direitos humanos, FP evangélica. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

Os coordenadores dessas FP, vão assumir o papel de agenda holders. (ARAÚJO; SILVA, 2013; SILVA; ARAÚJO, 2014). Significa que a coordenação dos trabalhos no processo legislativo, pode moldar a agenda legislativa e valorizar a sua carreira política. (GILLIGAN; KREHBIEL 1987; KREHBIEL 1991)

Figura a seguir se trata do resumo que foi falado até o momento. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

FIGURA 3



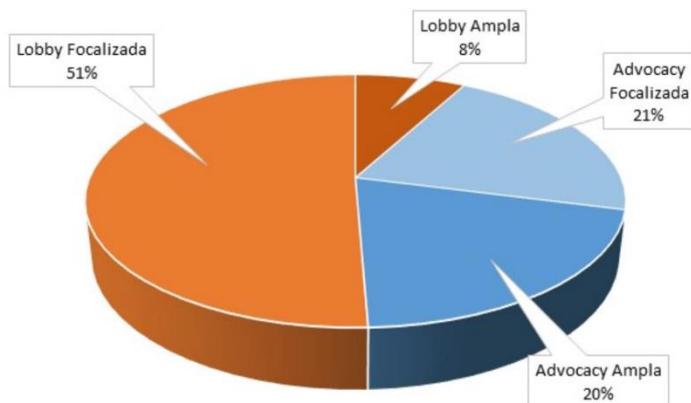
Tipologia para o estudo de frentes parlamentares temáticas

Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

Os autores fazem um gráfico das frentes temáticas, lobby/advocacy e ampla/focalizada, na 55ª legislatura, no ano de 2016, na época havia somente 241 frentes parlamentares.

GRÁFICO 2

Classificação das frentes temáticas da 55ª Legislatura

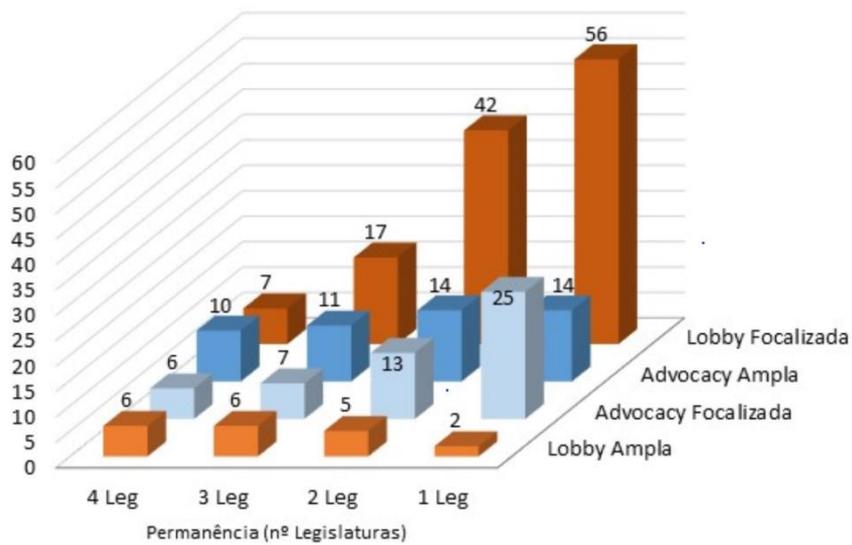


Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

Nesse segundo gráfico seria na relação de advocacy e lobby, junto com a ideia de ampla e focalizada. Notando-se que lobby apresenta uma tendência de focalização. Enquanto advocacy, foi observado em focalização e ampla. Observando também que poucas frentes mantêm as atividades a longo prazo, isso de acordo com as frentes que foram oficializadas, as categorias das focalizadas são de maior interesse, mas também são as que menos se sustentam em maior tempo. (ARAÚJO, SILVA, 2016)

GRÁFICO 3

Maturidade das frentes temáticas da 55ª Legislatura



Fonte: ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. 10 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, 1–29

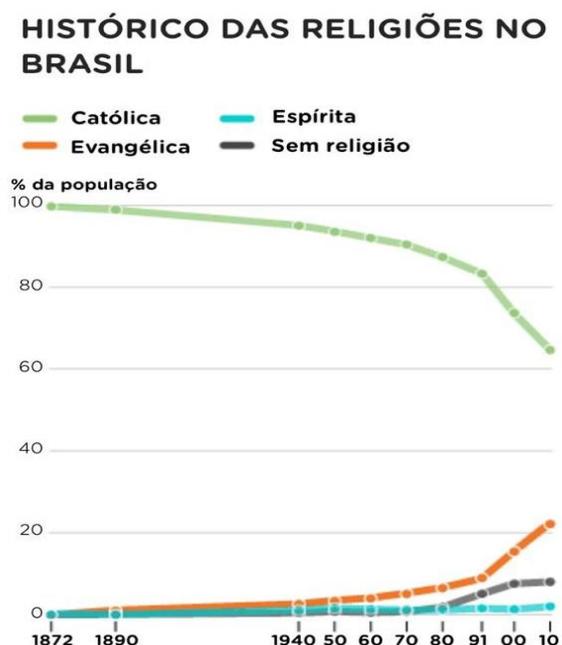
2. Formação da Frente Evangélica e atuações

Como vimos no capítulo anterior, as frentes parlamentares tem características individuais de atuação, assim para tentarmos entender melhor esse fenômeno institucional vamos usar a Frente Parlamentar Evangélica. Essa escolha veio devido à grande atuação no poder legislativo, que acaba gerando também grande espaço na mídia, pelas propostas polêmicas.

No século XX, nos Estados Unidos começou o protestantismo histórico com propósito de resgatar, reviver e praticar a crença do cristianismo da Bíblia. E desde os anos 50, essa será uma religião que irá crescer aceleradamente no Brasil, e com o tempo passando a conquistar visibilidade pública, espaço na mídia eletrônica, além de espaço no poder político e partidário. (MARIANO, 2009)

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1991 registrou 3,9 milhões de pentecostais e em 2000 eram 18 milhões. Em 2007, o Instituto Datafolha divulgou que os brasileiros acima de 16 anos: caíram de 64% em número de católicos na população, enquanto os evangélicos subiram para 22%, desses eram 17% pentecostais e 5% protestantes. Em 2009, eram 40 milhões de evangélicos dos quais 80 % pentecostais.

GRÁFICO 3



Fontes: Censos Demográficos do IBGE.

Sendo presente em todo território nacional, o pentecostalismo vem crescendo em sua maioria em bairros e periferias pobres das regiões metropolitanas. É mais predominantemente mulheres, crianças e adolescentes do que adultos, além de terem mais negros, pardos e indígenas do que brancos. Em sua maioria são pessoas ganham até 3 salários mínimos, ocupando cargos em empregos doméstico e sem carteira assinada. (Jacob, 2003: 39-69). 85% dos fiéis estão concentrados nas igrejas: Assembleia de Deus (8.418.154 fiéis), Congregação Cristã no Brasil, (2.489.079 fiéis), Universal do Reino de Deus (2.101.884 fiéis), Evangelho Quadrangular (1.318.812 fiéis) e Deus é Amor (774.827 fiéis), isso segundo o senso demográfico de 2000.

Na ditadura militar houve declínio da igreja católica e expansão evangélica, isso devido a oposição da igreja católica a ditadura e sua defesa aos direitos humanos, perdendo assim diálogo e negociações com o governo. Com isso, os militares se aproximaram dos evangélicos, já que a grande maioria era anticomunista e como minoria queriam reconhecimento social e apoio governamental e recursos públicos. Então muitos pastores realizavam cursos na Escola Superior de Guerra. (MARIANO, 2009)

Até os anos 70, os evangélicos não entravam na política, até por acharem diabólica e corruptora. Mas em 1978, começou a haver a participação das pentecostais na política, em 1981, o jornal da Assembleia de Deus, o Mensageiro da Paz, publicou que os pastores se candidatassem, desde que continuassem sendo pastores. (BAPTISTA, 2009). Assim, grandes igrejas pentecostais ingressaram no jogo político na defesa de seus interesses corporativos e ideais e valores religiosos. Isso ocorreu devido a um boato que os próprios dirigentes disseminaram, que haviam chance de a Igreja Católica voltar como religião do Estado oficial na nova Constituição, além de temas como aborto, consumo de drogas, união civil entre homossexuais, moral cristã, se mobilizando assim elegendo 13 deputados federais. (MARIANO E PIERCCI, 1992)

Da legislatura de 1982 para 1986, os deputados pentecostais foram de 2 para 18, somando 14 deputados protestantes, que resultou em uma bancada de 32 evangélicos. (PIERUCCI, 1989) E de 1987 a 1990, os pentecostais se toraram maioria na Câmara Federal, assumindo o protagonismo evangélico, assumidos pelas igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. Os perfis dos políticos pentecostais eram nas duas últimas décadas, composta por proprietários de veículo de comunicação, pastores, bispos, filhos e genros desses pastores e empresários. (FRESTON, 1994; BAPISTA, 2007).

Para Mariano (2009), deputados apoiados das igrejas reforçam um caráter corporativista de atuação na Câmara, em seus mandatos e vão exercer influência em seus interesses institucionais.

Outras igrejas pentecostais, como Congregação Cristã no Brasil e Deus é Amor, veem se mantendo afastada da política, não apoiando nenhum candidato e nem permitem que lancem adeptos. Mesmo nas igrejas que tem participação, existe pastores que são contrários a participação dos evangélicos na política. (BURITY , 2005). Devido a vários casos de corrupção de parlamentares evangélicos na política, reforçam a separação da igreja e política. (MARIANO, 2009)

Os pentecostais frequentemente falam sobre sua liberdade religiosa vindas do Estado, de um certo lado há desconhecimento nas relações jurídicas, e de outro colocar seus interesses acima de qualquer medida estatal e política pública. (BLANCARTE, 2003)

Num Estado democrático de direito, as religiões detêm o pleno direito de divulgar sua religião e seus valores morais, defender seus interesses institucionais, dizer suas preferências políticas, entrar na esfera pública. O não impedimento da igreja entrar na

esfera pública pelo bem comum, desde que ela mantém pela tolerância, liberdade, pluralismo, isonomia no tratamento governamental entre os diferentes grupos religiosos. Nenhum estado é neutro a matéria religiosa. E o Estado brasileiro veem com vínculos religiosos desde o colonialismo português, em que apresentava vínculos com a Igreja Católica. (MARIANO, 2009)

Hoje em dia está cada vez mais naturalizado na democracia brasileira o ativismo evangélico, e em cada ano eleitoral fica mais claro a busca dos Candidatos à Presidência da República e da Câmara Legislativa, a busca ao eleitorado evangélico. (MARIANO E PIERUCCI, 1992). Um exemplo bem claro disso foi em 2006, o PT (Partido dos Trabalhadores) teve como umas das suas prioridades conquistar o voto evangélico, Geraldo Alckmin do PSDB também tentou, mas dessa vez o PT saiu com a vitória do Luiz Inácio da Silva. (MARIANO, HOFF,DANTAS, 2006).

Uma das promessas de Lula ao povo evangélico, foi se eleito iria ampliar a rede social do Governo Federal, além de suas participações em atos para com seguimento, como orações. Além disso, o Jornal Folha de São Paulo, em 2006, revelou que o Governo Lula havia concedido emissoras de rádio e TV's a igrejas e parlamentares evangélicos. Com isso, o efeito desse apoio político levou o percentual evangélico a crescer 59% entre 2002 e 2006, segundo Datafolha. Com relação as pentecostais, o voto saltou de 27% para 52%. (MARIANO, HOFF,DANTAS, 2006).

Em 1990, devido a escândalos de corrupção envolvendo parlamentares evangélicos e pela menor mobilização eleitoral da Assembleia de Deus, a Bancada evangélica reduziu para 23 deputados. Em 1994, conseguiram eleger 26 deputados e 4 senadores. Já em 2002, a bancada foi para 59 deputados e 4 senadores. (MARIANO, 2009)

Em 2006, com as denúncias dos escândalos das sanguessugas, de superfaturamento e distribuição de propina na compra de ambulâncias por parte das prefeituras, houve uma abertura de CPMI, em que 26 deputados e 1 senador da bancada evangélica estavam no processo de cassação, representando assim quase a metade da Frente Parlamentar Evangélica. (MARIANO, HOFF,DANTAS, 2006). Esse escândalo fez com que a eleição em 2006 fosse negativa para os evangélicos, afinal o projeto dos mesmos seria colocar homens de Deus na política para evangelizar e colocar moral na política. Na época dos 60 representantes da frente, somente 15 foram reeleitos e nenhum que foi acusado conseguiu reeleger. (MARIANO, 2009)

Nesse processo, a Igreja Assembleia de Deus, de 22 deputados 10 foram acusados; e a Universal do Reino de Deus, dos 16 deputados 14 foram acusados. Com as denúncias a Universal retirou apoio eleitoral e afastou-se dos parlamentares, já a Assembleia de Deus apagou os fatos internamente e continuou apoiando os parlamentares acusados, afirmando a inocências dos mesmos. Mesmo com o apoio da Igreja, os parlamentares não conseguiram se reeleger. (MARIANO, 2009)

A Igreja universal é conhecida por ter uma disciplina eleitoral e por ter uma política dos pastores, realizando campanha para seus membros obtenham título de eleitores aos 16 anos, faz censo eleitoral entre seus membros e a partir desses dados sabem quanto podem lançar em cada município ou estado. Assim por meio da comunicação da igreja e eventos apresentam seus candidatos, e até mesmo treina seus fiéis a votarem nos candidatos com o uso de urnas eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral. (ORO, 2003) Em suas pregações usam demonizar os candidatos adversários, criando aquela imagem que votar no candidato da igreja significa apoiar Deus. (MARIANO, 2009)

Bispo e deputado federal Carlos Rodrigues (PL/ RJ) era o coordenador da político-partidária Universal, detinha o poder sobre as escolhas dos candidatos e deputados da igreja, chegando a definir seus partidos, votação no parlamento, posições políticas, até funcionários dos gabinetes. (BAPISA, 2009) Ele foi um dos presos na operação sanguessuga, renunciando ao seu mandato. ²

Em 2011, houve uma tentativa de criação de um projeto chamado Cidadania AD Brasil pela Comissão Política Nacional da CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), que tinha como propósito ampliar, monitorar e controlar a bancada parlamenta evangélica. Com uma das justificativas de manter a liberdade religiosa, oferecer estrutura aos parlamentares, organizar um fórum nacional das Assembleias de Deus, coordenar a movimentação política desses autores. (MARIANO, 2009)

Dentro do processo político institucional, os evangélicos irão criar a Frente Parlamentar Evangélica, em 18 de setembro de 2003, mas oficializada somente em 2015, no requerimento 3435/2015, em sessão solene em homenagem ao Dia Nacional das

² <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/operacao-sanguessuga-prende-bispo-rodrigues/>

Missões Evangélicas na 52º legislatura. A criação da frente foi uma reação ao novo Código Civil, o que fez com que evangélicos se reunisse e organizasse. (MARIANO, 2009)

Sua organização é vista como necessária para mudanças mais efetivas, e assim ampliando a atuação das igrejas, e podendo estender para a sociedade. (TRAVISAN,2013)

O deputado Pastor Pedro Ribeiro (PR/CE) realizou a apresentação da FPE no Congresso Nacional, e seu primeiro presidente foi o deputado Adelor Vieira (PMDB/SC), sendo que a maioria dos filiados da Frente foi composta pela Assembleia de Deus. (BAPTISA, 2009, p. 304)

O líder da igreja Sara Nossa Terra, Robson Rodovalho (DEM/DF), após sua eleição em 2006 como deputado federal veio com uma proposta de substituir a Frente Parlamentar Evangélica para Frente Parlamentar Cristã, isso iria incluir os católicos a Frente. Porém a proposta não vingou, e a FPE foi mantida mesmo fragilizada com o escândalo dos sanguessugas. (MARIANO, 2009)

De 2007 a 2010, na 53º legislatura, a FPE contava com 56 parlamentares ativos e 3 senadores. A característica desses parlamentares eram: profissionais liberais, majoritariamente masculinos (5 mulheres apenas), faixa etária superior a 40 anos, maioria dos membros sendo das igrejas pentecostais e neopentecostais, predominância da região sudeste, maioria dos filiados sendo partidos centro – direita. (DIAP, 2010)

A FPE conseguiu se torna a 3 maior dentro do Congresso Nacional, conseguindo assim acesso ao Poder Executivo e a Ministros. Os deputados e senadores da frente tendem a votar de forma homogênea, mesmo com a diversidade de partidos, sua votação com a orientação da frente vai mais para assuntos de defesa da moral cristã e interesses corporativos de suas igrejas. Nas demais votações, os parlamentares seguem a orientação partidária ou a dinâmica do processo legislativo de acordos políticos entre os aliados. Aos que foram eleitos pelas Igrejas, a pressão será pelas lideranças eclesiásticas. (MARIANO, 2009)

A bancada evangélica possuiu assim uma assessoria própria, dos gabinetes dos próprios deputados participantes, que rastreia e acompanham projetos com relação à frente. Os deputados se dividem e ficam responsáveis por detectar proposições de acordo com a temática de sua responsabilidade. Ocorrendo reunião semanais, com elaboração de

pareceres, informam os projetos em tramitação, além de tomar decisões e fazer encaminhamentos, audiências, estratégias de interromper a sessão tanto no plenário e quanto comissões. (TREVISAN,2013)

Os parlamentares buscam seus argumentos na Constituição Federal, e não na Bíblia, com posicionamentos técnicos e jurídicos. Um exemplo, seria a união homoafetiva, suas justificativas para serem contrários é que na Constituição só se reconhece a entidade familiar entre homem e uma mulher.

A Frente Evangélica junto com a Frente Católica, conseguiram barrar pautas com temas polêmicos dentro do Congresso Nacional, como aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo. (TREVISAN,2013)

A FPE foi conquistando cada vez mais espaço na política com sua organização, em 2013, conseguiu eleger o Deputado Marco Feliciano para presidência da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados. Na época ocorreu muita repercussão devido seu apoio a causa da “cura gay”, e devido a suas declarações racistas, machistas e homofônicas, proporcionou várias manifestações pelo país, gerando um desgaste político para a Frente. (TREVISAN,2013)

As ações do Deputado Marco Feliciano ocasionaram a insatisfação de alguns parlamentares gerando mobilização para criação de uma nova frente parlamentar, a FP dos Direitos Humanos. Sendo a maior parte integrantes da Comissão dos direitos humanos e minorias, em resposta criaram a frente justificando como uma comissão paralela.³

Em 2011, em um dos debates que a FPE entrou, gerou muita polêmica, e também foi no projeto de lei 122/2006, o qual criminaliza o crime de homofobia, com a estruturação da frente eles conseguiram barrar o projeto junto a Frente Parlamentar da família, que possui parlamentares católicos. (TREVISAN,2013) O senador Magno Malta (PR-ES), argumentou na época que “Precisamos debater à exaustão, sem privilegiar ninguém. Há pelo menos 150 milhões de brasileiros que não foram ouvidos”. (ESTADÃO, 2011)⁴

³ <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/437787-DEPUTADOS-LANCAM-FRENTE-PARLAMENTAR-EM-DEFESA-DOS-DIREITOS-HUMANOS.html>

⁴ <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-impedem-votacao-do-projeto-que-criminaliza-homofobia,718300>

Ainda em 2011, a FPE entrou numa briga com o governo contra o kit anti – homofobia, apelidado por eles de “Kit Gay”. Ação novamente conjunta com os parlamentares católicos. Material esse feito pelo Ministério da Educação, no Governo Dilma, mas devido as polêmicas, o governo mandou suspender o kit. (TREVISAN,2013). Agora em 2018, o kit ainda é citado pelo candidato à presidência Jair Bolsonaro, mesmo com o cancelamento pelo governo. Candidato afirmou que o material seria um livro chamado Aparelho Sexual e Cia, mas o Governo afirma que não era esse material que ia ser entregue aos estudantes. ⁵

Agora em 2018, a frente se mobilizou novamente e conseguiu aprovar 4 requerimentos para convidar pessoas contrárias a interrupção da gravidez, para discutir no Congresso Nacional. Seria um seminário para discutir a ADPF (Arguição de Descumprimentos de Preceito Fundamental) 442 que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal), ação que pede a interrupção de gravidez até a 12º semana da gestação, período considerado seguro para a mulher. Documento apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcantes (DEM-RJ), foram 10 convidados contrários aos direitos reprodutivos. Ainda argumenta no seu documento "Não há inconstitucionalidade a ser declarada, e essa tentativa é um flagrante desrespeito que turba a organização dos poderes e uma clara usurpação de competências". (HUFFPOST, 2018)⁶

Especialistas convidados pela Bancada da Bíblia para debater aborto

1. Dra. Angela Vidal Gandra Martins, Pesquisadora na Harvard Law School e Professora de Fundamentos Antropológicos do Direito.
2. Dom João Bosco, Presidente da Comissão Vida e Família da CNBB.
3. Padre Rafael Solano, Mestre e doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e pós-doutorado em Teologia Moral e Familiar pelo Pontifício Instituto João Paulo II de Roma, Universidade Lateranense de Roma. Professor de Teologia Moral e Bioética na PUC (PR), Campus Londrina.

⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html

⁶ https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/23/bancada-da-biblia-faz-ofensiva-para-dominar-debate-sobre-descriminalizacao-do-aborto_a_23414723/?ncid=fcbklnkbrhpmg00000004

4. Dr. Leslei Lester dos Anjos Magalhães, advogado da União, mestre em Direito Constitucional, autor do livro: "O princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida, editora Saraiva, 2012;
5. Professora Lília Nunes dos Santos – Advogada e professora de direito. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP, consultora jurídica do Centro Especial de Orientação à Mulher de São Gonçalo, com formação em bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ e especialista em processo civil e empresarial pela Universidade Veiga de Almeida – UVA;
6. Dr. Elival da Silva Ramos, professor da USP/SP, procurador geral aposentado do Estado de São Paulo, Mestre e doutor em Direito do Estado e livre-docente em Direito Constitucional pela USP;
7. Dr. Henrique Lima, procurador do ministério público de contas do estado do Rio de Janeiro, graduado em direito pela universidade do RJ, tem experiência na área de direito com ênfase em Direito Público, mestrando em filosofia pela UFRJ;
8. Dra. Liliana Bitencourt, juíza de direito da Vara de Família do Goiás, membro da entidade Rede Nacional de Direitos e Defesa de Família;
9. Dr. José Paulo Leão Veloso Silva, procurador de Sergipe, lotado na Procuradoria Especial do Contencioso Fiscal, graduado pela Faculdade de Direito Cândido Mendes do Rio de Janeiro;
10. Pe. Evandro Arlindo de Melo, chanceler da Diocese de Palmas-PR;

Fonte: Fernandes, Marcella. “Bancada da Bíblia faz ofensiva para dominar debate sobre descriminalização do aborto”.⁷

A Comissão Especial, para discutir a PEC 181, tem intuito de conceder a licença maternidade em casos de partos prematuros. A FPE se mobiliza novamente, e põe no texto a proibição total do aborto, até mesmo em casos permitidos hoje por lei, estupro, risco de vida a mulher e feto anencefálico. O presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia do MDB, garantiu que a proposta não irá para o plenário. A proposta foi

⁷ https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/23/bancada-da-biblia-faz-ofensiva-para-dominar-debate-sobre-descriminalizacao-do-aborto_a_23414723/?ncid=fcbklnkbrhpmg00000004

aprovada na comissão, com 18 votos a favor e um contra, sendo esses 18 votos de homens e a única mulher votou contra.⁸

Atualmente, na 55ª legislatura, a frente conta com assinaturas de 199 deputados e 4 senadores dos mais variados Partidos Políticos, isto de acordo com o site da Câmara e com seu regimento interno. Como sabemos a participação dos deputados e senadores não são necessariamente todos os inscritos. Seu coordenador é o deputado João Campos do partido PRB do Estado de Goiás. A frente se declara uma associação civil, de natureza não governamental.

Sendo assim, pesquisamos os parlamentares que são mais efetivos na FPE, e pegamos a lista dos partidos e de suas igrejas, como demonstramos a baixo, da pesquisa elaborada por Maísa Coimbra Gonçalves em seu texto: “Influência da Frente Parlamentar Evangélica nos debates do Congresso Nacional” em 2016, e além montarmos o resultado das eleições 2018 para esses deputados.

Parlamentar	Partido	Igreja	Eleições 2018
Walter Pinheiro	PT	IURD	Não participou
Magno Malta	PR	AD	Não Reeleito
Eduardo Lopes	PRB-RJ	IURD	Não Reeleito
Silas Câmara	PSC	Novo Músico Batista	Reeleito
Márcio Marinho	PRB	IURD	Reeleito
Sérgio Brito	PSD	Batista	Reeleito
Erivelton Santana	PSC	AD	Não Reeleito
Ronaldo Martins	PRB	IURD	Não Reeleito
Ronaldo Fonseca (Não está em exercício)	Pros	AD	Não Reeleito
Sérgio Vidigal	PDT	Batista	Reeleito
Manato	SD	Cristã Maranata	Não Reeleito
Fábio Sousa	PSDB	Fonte da Vida	Não Reeleito
Lincoln Portela	PR	AD	Reeleito
Leonardo Quintão	PMDB	Presbiteriana	Não Reeleito

⁸ <https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-e-a-pec-181-e-por-que-ela-causa-tanta-polemica/>

Stefano Aguiar	PSB	Evangelho Quadrangular	Reeleito
George Hilton	PRB	IURD	Não Reeleito
Weliton Prado	Pros	AD	Reeleito
Julia Marinho	PSC	AD	Não reeleita
Josué Bengtson	PTB	Evangelho Quadrangular	Perdeu o mandato (corrupção)
Pastor Eurico	PSB	AD	Reeleito
Anderson Ferreira	PR	AD	Hoje é prefeito de Jabotão dos Guararapes
Rejane Dias	PT	Batista	Reeleito
Chistiane Yared	PTN	Catedral do Reino de Deus	Reeleita (PR)
Takayama	PSC	AD	Não Reeleito
Delegado Francischini	SD	AD	Eleito Dep. Estadual
Edmar Arruda	PSC	Presbiteriana	Não Reeleito
Clarissa Garotinho	PR	Metodista	Reeleito (Pros)
Eduardo Cunha	PMDB	Sara Nossa Terra	Perdeu o cargo por corrupção
Sóstenes Cavalcante	PSD	AD - Ministério Vitória em Cristo	Reeleito (DEM)
Washington Reis (Não está em exercício)	PMDB	Nossa Vida	Prefeito
Aureo	SD	Metodista	Reeleito (Solidariedade)
Arolde de Oliveira	PSD	Batista	Reeleito
Benedita da Silva	PT	AD	Reeleito
Francisco Floriano	PR	Mundial do Poder de Deus	Não Reeleito (DEM)
Marcos Soares	PR	Evangelho Quadrangular	Não Reeleito (DEM)
Antônio Jácome	PMN	AD	Não reeleito (PODE)
Nilton Capixaba	PTB	AD	Renuncia
Marcos Rogério	PDT	AD	Reeleito (DEM)
Ronaldo Nogueira	PRB	IURD	Não Reeleito (PTB)
Pastor Jony	PRB	IURD	Não Reeleito

Laécio Oliveira	SD	Presbiteriana	Reeleito
Pastor Marco Feliciano	PSC	Catedral do Avivamento, igreja ligada a AD	Reeleito (Podemos)
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	Internacional da Graça	Não Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	Congregação Cristã no Brasil	Reeleito
Jefferson Campos	PSD	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Missionário José Olímpio	PP	Mundial do Poder de Deus	Não Reeleito (DEM)
Antônio Bulhões	PRB	IURD	Não foi candidato
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	AD	Reeleito
Edinho Araújo (Não está em exercício)	MDB	Presbiteriana	Não Reeleito
Paulo Freire	PR	AD	Reeleito
Roberto de Lucena	PV	O Brasil para Cristo	Reeleito (PODE)

Como observamos, desses 52 parlamentares, 4 deles não participam devido a corrupção, ou saída para assumir algum cargo executivo. Nas eleições de 2018, somente 22 parlamentares foram reeleitos para o Congresso Nacional, e 1 eleito para deputado estadual. A IURD (Igreja Universal), conta com 8 parlamentares, AD (Assembleia de Deus) conta com 17 parlamentares, sendo as duas com maior número de representantes.

3. Análise da Frente Evangélica

Nesse capítulo iremos fazer uma análise da Frente Parlamentar Evangélica, com que foi estudado no capítulo 1 e 2. Além disso, após o primeiro turno das eleições 2018, a frente lançou um manifesto chamado “O Brasil para os Brasileiros”. O documento contém propostas para modernização do Estado, segurança jurídica, segurança fiscal e “revolução na educação”. Assim, nosso objetivo é analisar esse documento neste capítulo, e ver o que podemos esperar da FPE para esses próximos 4 anos de Governo.

O manifesto da Frente Parlamentar Evangélica inicia-se criticando o sistema eleitoral brasileiro, especificamente o sistema de representação proporcional de lista aberta para cargos legislativos, único cargo legislativo que não entra nesse sistema são os Senadores. Esse sistema funciona com a conquista de vagas entre o partido ou coligação e essas vagas serão ocupadas pelos mais votados pela agremiação, assim seu voto vai para o candidato e também para o partido/coligação em busca de cadeiras. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

A frente se coloca como defensora dos valores cristões e da defesa da família, e que depois das eleições, segundo o documento, foram eleitos 180 parlamentares federais com as mesmas visões da Frente, em que contabilizam 45 milhões de votos. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018). Nossa lista do segundo capítulo para 2019 está desatualizada já que é difícil saber quais serão os novos membros ativos da frente, devido a renovação do Congresso Nacional.

Devido a esse resultado das urnas em 2018, a frente sentiu a obrigação de ir mais além do que já defende, e ter posições mais estruturadas em várias áreas. Com isto, o manifesto se torna importante para Frente Parlamentar Evangélica, oferecendo soluções para as principais áreas do desenvolvimento nacional tais como, Modernização do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

A pauta mais urgente será a Modernização do Estado, aumentando sua eficiência e diminuindo seus custos por meio de revisão da estrutura administrativa do poder Executivo Federal, com a transparência e controle da Administração Pública. Já que hoje

em dia a estrutura do Estado é excessiva intervencionista, gerador de déficits, e ineficiente. Deixando assim o Governo vulnerável a corrupção. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

O primeiro passo para essa eficiência do Estado, será diminuir os ministérios de 28 para 15. Isto não gera desativação ou desregulamentação, e sim acabaria com a burocracia. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

Descriminando a baixo um resumo das propostas com seus detalhes retirado do Manifesto em relação ao Estado Moderno:

<i>Propostas</i>	<i>Detalhamentos</i>
Proposta de nova estrutura ministerial	Nas alíneas constam as estruturas institucionais provenientes de ministérios extintos que serão adicionadas à pasta supérstite. Os entes ministeriais que não tiverem observações expendidas em alíneas mantêm sua estrutura organizacional intacta. Em um estúdio mais aprofundado, poderão ser extintas diversos órgãos finalísticos com competência sobreposta.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casa Civil da Presidência da República (sendo responsável pelas áreas fim da Presidência). <ol style="list-style-type: none"> a) Subchefia de Assuntos Parlamentares; b) Subchefia de Assuntos Federativos. 2. Secretária-geral da Presidência da República (sendo responsável pelas áreas meio da Presidência). 3. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

	<p>4. Ministério da Defesa.</p> <p>5. Ministério da Justiça.</p> <p>a) Ministério dos Direitos Humanos;</p> <p>b) Secretaria Nacional da Juventude;</p> <p>c) Secretaria de Inspeção do Trabalho, com um Departamento de Registro Sindical;</p> <p>d) Coordenação-Geral de Imigração.</p> <p>6. Ministério da Segurança Pública.</p> <p>7. Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>8. Ministério da Infraestrutura Nacional.</p> <p>a) Ministério das Minas e Energia;</p> <p>b) Ministério dos Transportes;</p> <p>c) Secretaria de Radiodifusão;</p> <p>d) Secretaria de Telecomunicações;</p> <p>e) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.</p> <p>9. Ministério do Desenvolvimento Regional.</p> <p>a) Ministério das Cidades;</p> <p>b) Ministério da Integração Nacional.</p> <p>10. Ministério da Economia.</p> <p>a) Ministério da Fazenda;</p> <p>b) Ministério do Planejamento.</p> <p>11. Ministério do Agronegócio.</p>
--	---

	<p>a) Ministério da Agricultura;</p> <p>b) Ministério do Meio Ambiente;</p> <p>c) Secretaria Especial da Pesca;</p> <p>d) Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.</p> <p>12. Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia.</p> <p>a) Ministério da Educação;</p> <p>b) Ministério da Cultura;</p> <p>c) Ministério dos Esportes;</p> <p>d) Ministério da Ciência e Tecnologia.</p> <p>13. Ministério da Saúde.</p> <p>14. Ministério do Desenvolvimento Social.</p> <p>15. Ministério da Produção Nacional.</p> <p>a) Ministério da Indústria e Comércio;</p> <p>b) Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego, com um Departamento de Economia Solidária;</p> <p>c) CCFGTS;</p> <p>d) CODEFAT.</p> <p>OBS 1: CGU e AGU ficam ligados diretamente ao Presidente da República, sem status de ministério.</p>
<p>Extinção de todos os cargos DAS e FCPE 101.1 e 101.2</p>	<p>Eliminando a figura dos “chefes de si mesmo” na estrutura dos Ministérios remanescentes, ora consubstanciados nos</p>

	<p>cargos comissionados de chefia níveis 1 e 2, serão extintos 10.538 cargos comissionados no Governo Federal sem prejuízo do serviço, reduzindo quase pela metade o número de cargos de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo, com economia esperada de mais de meio bilhão de reais por ano.</p>
Unificação das áreas meio dos Ministérios	<p>Além dos imensos ganhos em produtividade, escala e segurança jurídica, a unificação das áreas meio dos ministérios em três órgãos centrais (Gestão de Pessoas, Gestão de Recursos Logísticos, e de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade), reduzirá em 90% os cargos comissionados utilizados nas áreas meio do Governo Federal (de 3.000 para cerca de 300).</p>
Criação das Casas da União nos Estados	<p>Unificação de todas as superintendências e escritórios regionais de ministérios nas capitais dos Estados Federados em um único local, propiciando assim não apenas a economia de recursos (visto que todas se utilizarão do mesmo imóvel e da mesma área meio), como facilitará em muito a vida do cidadão, o qual terá acesso a todo o Serviço Público Federal em apenas um local.</p>
Centralização do sistema de autorização de viagens e pagamento de diárias	<p>De forma complementar às medidas de racionalização por meio do uso de tecnologia da informação, abaixo transcritas, sugere-se que a autorização de</p>

	<p>viagens e pagamento de diárias de todo o Governo Federal deva ser centralizado em um único órgão, que adote critérios rígidos de concessão de diárias e passagens áreas e de posterior prestação de contas. Exceção a esse procedimento seria aplicável apenas à alta Administração Pública Federal (ministros e secretários).</p>
<p>Criação de um programa nacional de conclusão de obras inacabadas</p>	<p>Deve haver a criação de um programa, instituído por lei, de priorização da conclusão de obras públicas, com a coordenação da Presidência da República (que poderia inclusive definir limites de empenho e financeiros para as dotações vinculadas ao programa), e com destinação prioritária das verbas de investimentos do Orçamento Geral da União para a execução das obras no âmbito do mesmo (vedado o contingenciamento orçamentário), com um regime especial de licenciamento ambiental (simplificado e de análise prioritária), e com um sistema informatizado de monitoramento das obras em tempo real (com obrigatoriedade de fornecimento de dados pelos ministérios finalísticos, com prazo peremptório para prestação de informações, sob pena de responsabilidade), com a definição de uma metodologia única de apuração e de lançamento de dados sobre a execução das</p>

	obras por parte dos ministérios responsáveis.
Uso intensivo da terceirização de mão de obra	Com o advento da modernização das leis trabalhistas recentemente ocorrida, amplamente ratificada pelo STF, entende-se que a utilização de mão de obra terceirizada no âmbito do serviço público deve ser potencializada, devendo ser amplamente utilizada em todas as atividades que não sejam tipicamente estatais e que não requeiram o uso do poder de polícia administrativa. Com isso, não apenas se reduzem custos, como se prestigia o servidor concursado, que atuará apenas nas atividades mais nobres da Administração.
Ampliação do tempo e exigências para adquirir estabilidade no Serviço Público	Como forma de qualificar o Serviço Público, o prazo para estabilidade do servidor deve ser ampliado para 6 (seis) anos, com a realização de provas objetiva e discursiva anuais (cuja aprovação seja necessária para a continuidade no serviço), produzidas e aplicadas pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.
Capacitação da Alta Administração Pública Federal	A Alta Administração Pública Federal (ministros, secretários e diretores) deve obrigatoriamente frequentar um curso de imersão em Gestão Pública anualmente. Caso o nomeado seja estranho aos quadros do Serviço Público, deve realizar curso intensivo em Gestão Pública nos

	primeiros 15 (quinze) dias após a nomeação, com realização de prova objetiva de conhecimentos básicos ao final do curso.
--	--

Fonte: Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica, “O Brasil para os Brasileiros”, 2018.

A Segurança Jurídica como valor fundamental na vida dos cidadãos, isso ajuda no desenvolvimento econômico. Algumas de suas propostas:

Propostas	Desenvolvimento
Inserção de inciso no Art. 5º da Constituição Federal, via PEC, definindo a segurança jurídica e o respeito aos contratos como direito fundamental dos cidadãos e empresas, a ser regulado na forma de Lei Complementar.	A insegurança jurídica é algo que, infelizmente, marca a história da nação brasileira, sendo o maior entrave aos desenvolvimentos econômicos e sociais do Brasil. Fator especialmente relevante na dificuldade que o país tem para conquistar investimento estrangeiro de viés produtivo, dar à segurança jurídica e o respeito aos contratos status constitucional, sinaliza ao mundo que o Brasil se esforça no sentido de obter um novo patamar na relação entre Estado e administrados.
Instituir Comissão de Alto Nível, formada pelos maiores juristas brasileiros, para confeccionar um anteprojeto de consolidação e codificação normativa.	Seriam instituídas por decreto do Presidente da República comissões de alto nível, formadas pelos mais renomados juristas do Brasil em suas respectivas áreas de especialização, para apresentar no prazo impostergável de 90 (noventa) dias anteprojeto de consolidação e codificação das leis referentes á Direito

	Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Penal e Processo Penal. Uma vez chancelados pelo Poder Executivo, seriam remetidos à apreciação do Congresso Nacional.
--	---

Fonte: Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica, “ O Brasil para os Brasileiros”, 2018.

A segurança fiscal deve ser considerada valor imutável a gestão, e conduta de todos que administram o Estado, o que é de todos. O sistema tributário deve ser simplificado, com a tributação da renda. Além da modernização da previdência. A segurança de um governo que investe, traz emprego, renda, evita a economia de governos populistas. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018) . Suas principais propostas para segurança fiscal são:

Propostas	Desenvolvimento
Criação de um IVA nacional, composto de IPI, ICMS, PIS/COFINS, ISS, arrecadado pelos Estados (com participação na repartição pelos Estados e Municípios	Padronização da tributação nacional conforme os modelos mundiais; redução do custo tributário do Brasil; inserção nas cadeias produtivas internacionais, facilitando o aumento de competitividade do país.
Municipalização do IPVA, que passará a incidir sobre aeronaves e embarcações.	Medida de justiça fiscal.
Tributação dos dividendos e distribuição dos lucros.	Justiça fiscal; redução da carga tributária das empresas, com aumento de investimentos na produção e no empreendedorismo.
Previdência	a) Proteção ao direito adquirido e à expectativa de direito; b) Sistema previdenciário baseado na contribuição e no cálculo atuarial;

	<p>c) Instituição de Comissão de Notáveis (atuários, lógicos matemáticos e juristas) para propor a melhor fórmula atuarial possível, após amplo ciclo de debates com o parlamento e com a sociedade, que garanta a sustentabilidade financeira da Previdência Pública e a proteção aos segurados;</p> <p>d) Combate aos privilégios, com a igualdade de regras entre a aposentadoria do setor privado e do setor público;</p> <p>e) Contribuição mensal simbólica para o segurado especial rural, no valor de 0,5 % do salário-mínimo, como forma de combater o grande número de fraudes nessa modalidade.</p>
--	--

Fonte: Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica, “ O Brasil para os Brasileiros”, 2018.

A Revolução na Educação, outra parte do manifesto da FPE, veem com uma proposta de investimento a longo prazo, o desenvolvimento humano e econômico se dá pela qualidade do sistema educacional do país. Formar cidadãos aptos ao mercado de trabalho, das mais diversas funções da sociedade e do mercado. Ser professor era um orgulho, não apenas pelo salário, mas sim pela profissão. As provas de vestibulares eram diferentes que das hoje, o conhecimento para área de atuação era mais aprofundado. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

A frente vai lutar por valorizar e incentivar todo sistema educacional, para obtenção de sucesso individual dos cidadãos. Retirar do Brasil a tragédia do desprezo pelo esforço, da demagogia pelo caminho mais curto, do uso político-partidário nas escolas e universidades públicas, que tornaram instrumento para Revolução Comunista, ditaduras comunistas que mataram milhares nos seus regimes. A destruição dos valores e princípios do mérito escolar contribui pela violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo o Cristianismo, como aconteceu em países autoritários de esquerdas. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

Quanto mais comunista mais a destruição do ensino de qualidade, mais ideológico e improdutivo, ineficiente e corrupto. O sistema educacional tem que se basear na meritocracia, assim o Brasil será colocado nos grupos desenvolvidos do mundo. As sociedades avançadas já são meritocracias, por isso desconhecem o populismo e ideologia na educação. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

É necessário também a libertação do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver direito da família sobre a educação sexual das suas crianças e adolescentes. Precisamos nas escolas leito tradicional e conservador para ensinar. Os Governos do PT e de mais frações da esquerda autoritária, implantaram o pensamento autoritário da ideologia de gênero, que investem na subversão dos valores e princípios da civilização. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

A ideologia de gênero consciente e deliberadamente usa o respeito inalienável da pessoa humana individual em suas tendências sexuais, direito garantido pela Constituição, em instrumento de destruição de todos os direitos e todo o respeito às crianças e adolescentes, assim como a destituição das famílias na educação da intimidade humana, direito inquestionável e universal. (Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica, pp.55, 2018)

De outro lado, devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual. (Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica, pp.55, 2018)

O ensino superior é preciso rever o dinheiro público e o ensino para modernização, preciso reverter a repressão dos professores pela CAPES. Criar a alfabetização voluntária, para que os graduandos e pós-graduados de universidades públicas trabalhem para turmas de analfabetos, como forma de retribuir a nação os impostos pagos pelo povo. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

O senso comum diz que o Brasil pouco investe em educação, mas dados refutam essa ideia. E um maior direcionamento e priorização na área ajudaria nessa questão. Programas como PROUNI, FIES, SISU, PRONATEC e outros, precisam de uma auditoria, visando nos resultados práticos educacionais, e de problemas como corrupção. É necessária

desburocratização, mas ao mesmo tempo um serviço de acompanhamento e controle sofisticado. Todos os órgãos federais, aliados nessa tarefa de eliminar corrupção e transparência. (MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018)

A eleição de 2018, vimos que somente 22 parlamentares da FPE foram reeleitos, mesmo assim a frente deverá continuar forte e se renovará, quanto em ações quanto em diferentes parlamentares. Antes do segundo turno, a frente se posicionou em apoio ao presidencialista da época Jair Bolsonaro, com entrega de uma carta na visita ao presidencialista. Com um grupo de 12 pessoas, e com o líder da bancada Hidekazu Takayama (PSC-PR). “A carta de apoio, assinada por 11 deputados, diz que "um governante de esquerda limitaria o direito de crença e a liberdade religiosa". E também que "proteger nossas crianças de um futuro desastroso é nosso dever"” (BOAS, 2018, SITE VALOR)

O Presidente Eleito Jair Bolsonaro, junto ao apoio da FPE veio também o apoio das igrejas. O líder da Igreja Universal, bispo Edir Macedo, foi um dos que anunciou apoio. O pastor José Wellington Berreza, da Assembleia de Deus, também declarou seu apoio ao candidato na época. O pastor Malafaia, que é amigo do Bolsonaro a muitos anos, também o defendeu, eleito Presidente Bolsonaro foi a um dos seus cultos.⁹

Além disso, Senador como Magno Malta que é da Frente, mas não foi reeleito, está cotado para entrar no novo Governo do Presidente Bolsonaro. Ele entraria no Ministério da Família¹⁰, nas pastas de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. No dia do resultado das eleições, ao lado do Presidente eleito Jair Bolsonaro, o ainda Senador Magno Malta fez ao vivo uma oração para o novo Presidente, mostrando sua proximidade e importância para o futuro governo.¹¹

Agora com o fim das eleições e a volta do funcionamento do Congresso Nacional, foi iniciada a tentativa de votar o “Escola sem Partido”, em que a FPE como mostra no manifesto, apoia e vem apoiando. Seu relator na Comissão Especial, é o Flavinho do PSC – SP, participante da FPE. O “Escola sem Partido” seria uma proposta que seja afixado

⁹ <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos,70002527014>

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-diz-que-magno-malta-pode-ir-para-ministerio-da-familia-e-general-helena-para-gsi.shtml>

¹¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/quem-e-quem-na-imagem-do-discurso-da-vitoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>

na parede de todas as escolas um cartaz, onde estarão escritos os deveres dos professores. Esses deveres são:

- 1- O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2- O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3- O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4- Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5- O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6- O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (Santana, 2016, site EBC)

A Frente Parlamentar Evangélica pode ser associada a um grupo de interesse no espaço político, o qual busca promoção do seu interesse em debates, audiências, de pautas de seu interesse. A frente por seu enorme empenho fez com que outra frente surgisse, a Frente de Direitos Humanos, que faz oposição a FPE. Como Caradini (2009) diz que há tantas frentes de cunhos ideológicos, como frentes cooperativistas, a FPE se encaixa nas frentes de cunho ideológicos, que busca a proteção de valores e morais cristão.

Como vimos no primeiro capítulo, segundo os autores Araújo e Silva (2016), as frentes serão divididas entre advocacy ou lobby, advocacy de estratégias de apoio social e lobby com características de cooperações e econômicos. Sabendo disso, vamos classificar a FPE nas frentes advocacy, por ter pautas de interesses mais sociais e com apoio de um grupo característico, no caso os evangélicos, e até mesmo cristãos de uma forma geral, dependendo da pauta. Além de ter características mais ideológicas, que encaixa ainda mais nessa classificação.

Os atores classificam também as frentes como amplo ou focalizados, isto é, amplo a frente terá um recorte maior de pauta e focalizado, seria um recorte da mesma área só que, com um grupo de interesse em um assunto pontual. Nessa classificação, colocaríamos a FPE nas frentes focalizadas, por até o momento ela ter agido em um interesse específico da moral cristã e liberdade religiosa. Contudo, isso pode mudar de acordo com o manifesto, que demonstra interesses mais abrangentes para daqui 4 anos, assim podendo mudar essa classificação.

Além da classificação da origem da Frente Parlamentar, em que os autores classificam como frente exógena ou endógena. A exógena surgiu de uma demanda externa do Congresso Nacional, e endógena de interesses internos ao Congresso Nacional, por algum parlamentar ou partido. A FPE é exógena devido aos parlamentares terem sido eleitos por um grupo de interesse, os quais são pressionados por agentes externos, tais como igrejas e pelos próprios eleitores. Assim, a frente foi criada por aqueles que tem as mesmas pautas para uma melhor atuação nas mesmas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A laicidade é uma separação entre a política e a religião na ação do Estado. (Bauer, 1999) O Estado Brasileiro se diz neutro em questões religiosas, e há separação jurídica no artigo 5º, inciso 6 da Constituição Brasileira de 88¹², assegurando a liberdade de crença e religiosa, adotando a separação do Estado e da Igreja. (ORO, 2011)

Segundo Mariano (2009), num Estado democrático de direito a igreja tem o direito de defender seus interesses institucionais, desde que ela seja tolerante, mantenha a liberdade, o pluralismo, isonomia entre diferentes grupos.

Vimos que os evangélicos veem crescendo como religião no Brasil, e com isso é normal que afete a política também, afinal este é um reflexo social. Mas também percebemos que esse fenômeno vai além do crescente aumento do número de evangélicos no país, e o resultado vem sendo bem maior devido a ações de muitas igrejas, tornando assim maior o número de representantes dentro do sistema político.

Os evangélicos mesmo atuando num Estado Laico, atuam como se não fosse, e não são intimidados com isso. Assim, foram citados nesse trabalho vários exemplos de atuações que demonstraram a defesa do valor cristão, o próprio manifesto feito pela Frente Parlamentar Evangélica demonstram isso. Além de colocar seus interesses acima da liberdade religiosa vinda do Estado, isso devido à falta de conhecimento jurídico. (BLANCARTE, 2003)

Está ficando recorrente o ativismo evangélico nas pautas do Congresso Nacional, mostrando a falta de tolerância desse grupo ao determinar ou retirar pautas de assuntos pertinentes a grupos da sociedade. Isso com a desculpa de uma preservação em valor cristão, demonstrando mais uma vez a falta de laicidade da frente.

Após o documento do manifesto da FPE, vem demonstrar que é uma frente que nos próximos 4 anos pode ficar ainda mais forte, por estar próxima ao Governo Federal, sendo ainda mais uma vantagem. Seu manifesto adota a cartilha de Paulo Guedes, o novo Ministro da Fazenda do Governo Bolsonaro. ¹³ Além continuar com as estratégias

¹² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bancada-evangelica-amplia-agenda-moral-e-adota-cartilha-paulo-guedes.shtml>

regimentais, ocupar comissões importantes como em número de membros e presidências, conseguir relatorias, continuar com as atuações que mais fazem ganhar destaque e força.

O que podemos analisar é que a Frente Parlamentar Evangélica muitas das vezes têm posições muito mais radicais que a própria comunidade evangélica, que não pactuam com suas atuações, dizeres dos pastores que fazem parte da Frente. Mas o fato que ela vem crescendo, e desta forma mostra seu poder de organização até mesmo eleitoral no cenário político.

A frente também atua de forma como se todos os brasileiros fossem evangélicos, ou conservadores, e tentam impor uma sua vontade a população como se a sociedade fosse homogeneia em pensamento, valores, cultura. Como vimos no próprio manifesto, a frente descarta a diversidade social, e age com forte desconhecimento da educação aplicada nas escolas.

Infelizmente nosso Congresso Nacional vem virando um palanque para os Evangélicos, que usam seus tempos de discurso¹⁴ para discursos/debate, para pregar sua fé e fugindo assim dos propósitos para que foi eleito.

Assim, esse trabalho teve intuito de analisar as Frentes Parlamentares e usando a Frente Evangélica, como exemplo, de analise em sua organização, formação e tendências da sua atuação nesses próximos quatro anos. Um fenômeno suprapartidário que vem crescendo a cada legislatura, quanto em quantidade e em importância.

¹⁴ <https://exame.abril.com.br/brasil/deputado-profetiza-em-sessao-que-deus-ira-curar-colega-tetraplegica/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, 1988.

AGENCIA DIAP. **Pressão religiosa faz governo suspender kit anti-homofobia do MEC**. Disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/17176-pressao-religiosa-faz-governo-suspender-kit-antihomofobia-do-mec> >

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael Silveira. **Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa**. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes e grupos parlamentares**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-partidarias/frentes-e-grupos-parlamentares> >

CAMARA LEGISLATIVA, 2013. **Deputados lançam Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/437787-DEPUTADOS-LANCAM-FRENTE-PARLAMENTAR-EM-DEFESA-DOS-DIREITOS-HUMANOS.html> >

CASTRO, Grasielle. **Bancada Evangélica vai trabalhar para aprovar Estatuto da Família, do Nascituro e PL do Aborto**, 2016. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/2016/01/12/bancada-evangelica-vai-trabalhar-para-aprovar-estatuto-da-famili_a_21692224/ >

CONGRESSO EM FOCO, 2006. **“Operação Sanguessuga prende Bispo Rodrigues”**. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/operacao-sanguessuga-prende-bispo-rodrigues/> >

CONGRESSO EM FOCO, 2009. **Projeto da homofobia opõe gays e religiosos**. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/projeto-da-homofobia-opoe-gays-e-religiosos/> >

CONGRESSO EM FOCO, 2018. **Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso.** Luisa Marini e Ana Luiza De Carvalho. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>>

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares representação, representação de interesses e alinhamentos políticos**, 2009. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 18, Nº 36: 241-256 jun. 2010

DIAP, 2011. **Pressão religiosa faz governo suspender kit anti-homofobia do MEC.** Disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/17176-pressao-religiosa-faz-governo-suspender-kit-antihomofobia-do-mec> >

EL PAIS, 2018. **Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional’.** Ricardo Della Colleta. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html >

EPOCA, 2018. **Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos.** Bruno Abbud. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>>

EPOCA, 2018. **Bolsonaro participa de culto evangélico com Silas Malafaia no Rio.** Disponível em : < <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-participa-de-culto-evangelico-com-silas-malafaia-no-rio-23200247.html> >

ESTADÃO, 2011. **Evangélicos impedem votação do projeto que criminaliza homofobia.** Andrea Jubé Vianna e Eduardo Bresciani. Disponível em : < <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-impedem-votacao-do-projeto-que-criminaliza-homofobia,718300> >

ESTADÃO, 2018. **Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro.** Constança Rezende. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bancada-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro,70002532347> >

ESTADÃO, 2018. **Bolsonaro recebe apoio de líderes evangélicos.** Felipe Frazão. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos,70002527014> >

EXAME, 2017. **O que é a PEC 181 e por que ela causa tanta polêmica.** Luiza Calegari. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-e-a-pec-181-e-por-que-ela-causa-tanta-polemica/> >

FERNANDES, Marcella. **Bancada da Bíblia faz ofensiva para dominar debate sobre descriminalização do aborto,** 2018. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/23/bancada-da-biblia-faz-ofensiva-para-dominar-debate-sobre-descriminalizacao-do-aborto_a_23414723/?ncid=fbklnkbrhpmg00000004 >

FOLHA DE S. PAULO, 2018. **Bolsonaro diz que Magno Malta pode ir para 'ministério da família' e general Heleno para GSI.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-diz-que-magno-malta-pode-ir-para-ministerio-da-familia-e-general-heleno-para-gsi.shtml> >

FOLHA DE S. PAULO, 2018. **Bancada evangélica amplia agenda moral e adota 'cartilha Paulo Guedes'.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bancada-evangelica-amplia-agenda-moral-e-adota-cartilha-paulo-guedes.shtml> >

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018. **O Brasil para os Brasileiros.** Manifesto, Disponível em: < <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf> >.

GLOBO, 2018. **Quem é quem na imagem do discurso da vitória de Jair Bolsonaro.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/quem-e-quem-na-imagem-do-discurso-da-vitoria-de-jair-bolsonaro.ghtml> >

GONÇALVES, Máisa Coimbra. **Influência da Frente Parlamentar Evangélica nos debates do Congresso Nacional.** UNB, 2016.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista,** p. 112 a 138, 2009. Livro: Debates pertinentes, para entender a sociedade contemporânea.

MURAKAWA, Fabio. **Evangélicos querem eleger 150 deputados e 15 senadores este ano,** 2018. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/5257923/evangelicos-querem-eleger-150-deputados-e-15-senadores-este-ano> >

TREVISAN, Janine. **A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro**, Ufjf, 2013.

ORO, Ari Pedro. **A laicidade no Brasil e no Oriente : algumas considerações**. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221 – 237, maio – ago. 2011.